



Escoteiros do Brasil
Paraná



A PARTICIPAÇÃO DOS ESCOTEIROS NA REVOLTA PAULISTA DE 1924 – PARTE 1

ALEXANDRE BANCHI

BOLETIM HISTÓRICO Nº 56 - SETEMBRO DE 2024

A fundação da Associação Brasileira de Escoteiros – ABE - em São Paulo, em 29 de novembro de 1914 esteve desde seus primórdios aliada aos interesses das elites paulistanas preocupadas com o desenvolvimento e consolidação do regime republicano, especialmente na implantação e promoção da escola de civismo criado pelo fundador mundial do escotismo, o General inglês Robert Baden-Powell, em que os patrocinadores da nova proposta educativa em São Paulo avistavam como uma forma de nacionalizar a grande massa de estrangeiros do Estado.

Dentre seus líderes, a presidência da ABE tinha desde janeiro de 1917 a liderança do Dr. José Carlos de Macedo Soares, importante advogado, historiador, político e industrial, com destacada atuação na vida pública e no setor privado no Brasil. Em janeiro de 1924, acabara de ser reeleito presidente da Associação Comercial de São Paulo – ACSP, que congregava os comerciantes e industriais paulistas, antes da fundação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.

Nos quase 8 anos como presidente da maior associação escoteira no Brasil, o Dr. José Carlos de Macedo Soares foi responsável, juntamente com o Conselho Superior da ABE, pela expansão do escotismo no Estado de São Paulo e no Brasil, com o estímulo da adoção da pedagogia escoteira com as práticas escolares, alcançando seu auge no ano de 1922 com um efetivo de mais de 100 mil escoteiros somente em São Paulo, destacando-se a concentra-

ção de 15 mil escoteiros na inauguração em 7 de setembro do Monumento do Ipiranga, durante as comemorações do Centenário da Independência do Brasil, evento que até hoje não foi alcançado em número de participantes.

A conturbada situação da política nacional, com a predominância do poder por parte das oligarquias paulista e mineira, conhecida como “Política do Café com Leite”, no ano de 1924 tinha como Presidente da República, o mineiro Arthur da Silva Bernardes, que governou praticamente todo o seu mandato em permanente estado de sítio, após a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 5 de julho de 1922, que foi constituída por integrantes do Exército Brasileiro e visava romper com os vícios da política brasileira em que grupos elitistas se perpetuavam no poder.

A REVOLTA PAULISTA DE 1924 – 5 A 28 DE JULHO

Exatamente dois anos depois da Revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1924, a capital paulista foi ocupada por militares rebeldes, que contestavam o governo do presidente Arthur Bernardes e buscavam a deposição do mandatário da nação. A revolta interrompeu a vida da cidade por 23 dias, e o movimento revolucionário liderado em São Paulo pelo general Isidoro Dias Lopes se expandiu para o interior do Estado, inspirou levantes em outros estados brasileiros e contou com a adesão de unidades do Exército Brasileiro em São Paulo e da Força Pública Estadual (atual Polícia Militar).

O movimento dos conspiradores era de abrangência nacional e São Paulo foi escolhido como foco inicial da também conhecida segunda revolta tenentista e era considerado estratégico, já que na capital federal se concentrava

o maior polo militar. A capital paulista era a segunda maior cidade do país com mais de 700 mil habitantes e era a capital do Estado mais rico do país, o centro das atividades comerciais e bancárias ligadas ao café. Inicialmente vinculada à cafeicultura, a acelerada industrialização atraía muitos imigrantes, a ponto de os estrangeiros e seus descendentes representarem mais da metade da sua população.

O elemento surpresa fazia parte do plano dos revoltosos, que teria início com a ocupação de ruas da cidade de São Paulo com a abertura de cerca de trezentas trincheiras, a sublevação dos quartéis, a ocupação do palácio do governo e organização de uma marcha revolucionária para depor o Presidente Arthur Bernardes no Rio de Janeiro, juntamente com as forças militares de outros estados.

Na madrugada do dia 5 de julho de 1924, um sábado de inverno rigoroso, a população da cidade de São Paulo foi surpreendida pelo troar de canhões. Bombas eram dirigidas à Estação da Luz e ao bairro dos Campos Elíseos, onde se situava o palácio do governo. Os bombardeios atingiram não apenas o palácio do governo, mas também outros bairros, as comunicações telefônicas foram interrompidas e o fornecimento de energia elétrica sofreu cortes. Os quartéis do Exército e da Força Pública foram ocupados, e seus comandantes foram presos.

O comando revolucionário foi instalado no quartel-general da Força Pública. Já no dia 6 de julho, o presidente Artur enviou para Santos os destroyers Bahia e Alagoas, bem como o encouraçado Minas Gerais, com um efetivo de mais de três mil homens. O campineiro Dr. Carlos de Campos, Presidente do Estado de São Paulo (atual Governador), no cargo há três meses, deixou o Palácio dos Campos Elíseos e transferiu em 9 de julho a sede do governo para a Estação Ferroviária Guaiaúna da Central do Brasil, na zona

leste da cidade, próximo ao bairro da Penha, que serviu de quartel-general ambulante e sede provisória do governo em um vagão de trem, pois ainda conseguia se comunicar com o governo federal.

Para confundir a população, a tática militar do governo federal foi de adotar a metodologia do “bombardeio terrificante”, utilizado pelos alemães na I Guerra Mundial (1914-1918) e condenado pelo mundo civilizado, que consistia em fuzilaria, lançamento de granadas, bombas e tiros de morteiros a esmo, sem destino, para fazer a população se revoltar contra os rebeldes, ferindo e matando os civis sem qualquer relação com o conflito, pois ambos os lados utilizavam o mesmo fardamento, fazendo com que se acelerasse a capitulação dos revoltosos.

Os bombardeios continuavam pela cidade, e os moradores dos bairros operários mais atingidos – Mooca, Brás, Cambuci, Ipiranga, Vila Mariana, Paraíso, Belém, Belenzinho, Luz, e região central e imediações dos quartéis – deixavam apressadamente suas casas e buscavam abrigo com parentes e amigos em bairros periféricos. Víveres começavam a escassear. Incêndios e saques ocorriam com a conivência dos revoltosos, que pretendiam com isso obter apoio da população. Pessoas de mais recursos fechavam as casas e partiam para o interior. Cerca de 300 mil pessoas se deslocaram de suas casas ou abandonaram a cidade.

Combates sangrentos se travavam em vários pontos da cidade. Feridos eram levados à Santa Casa de Misericórdia, onde voluntários colaboravam no atendimento. A Cruz Vermelha apelava à população, e automóveis particulares foram cedidos para a remoção dos feridos. A estratégia dos comandantes militares e do Presidente do Estado (Governador) Carlos de Campos, instalado em Guaiaúna, consistia em promover o cerco da cidade impedindo a saí-

da dos revoltosos para Santos ou para o Rio de Janeiro, assim como a chegada de reforços por mar ou por terra confiando na fidelidade dos oficiais e praças da Força Pública e do Exército legalista.

O comando revolucionário buscava a adesão da população oferecendo vantagens materiais aos que aderissem. Uma comissão de pessoas de projeção foi formada para solicitar ao Presidente Arthur Bernardes a suspensão dos bombardeios sobre a cidade. Era constituída pelo Prefeito da capital, Firmiano de Moraes Pinto, pelo arcebispo metropolitano, Dom Duarte Leopoldo e Silva; pelo Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Dr. José Carlos de Macedo Soares, e pelo presidente da Liga Nacionalista, Dr. Frederico Vergueiro Steidel, que em várias tentativas de diálogo com o governo estadual e federal e revoltosos para intermediar uma proposta de entendimento, tiveram sucessivos fracassos.

Os bombardeios tornavam-se mais intensos e as consequências para a cidade eram desastrosas. No dia 26 de julho, a aviação federal lançou panfletos nos quais pedia à população que abandonasse a cidade para que as tropas legalistas pudessem agir livremente contra os rebeldes no dia seguinte. Isolados e sem perspectivas de vitória, os revoltosos admitiram a inutilidade dos esforços e decidiram deixar a cidade, partindo em comboios nos dias 27 e 28 de julho. No dia da partida, 28 de julho, o General Isidoro Lopes, através de uma proclamação publicada na imprensa, agradeceu à população paulista e declarou que a semente do espírito revolucionário estava lançada.

As Tropas dos revoltosos foram perseguidas pelos legalistas e embrenharam-se pelo interior do Estado, dirigindo-se ao Paraná e aí se juntaram às Tropas rebeldes que vinham do Rio Grande do Sul, chefiadas por Luís Carlos

Prestes. Formaram posteriormente a Coluna Prestes, que durante dois anos percorreu o país pregando a revolução social em uma guerra de movimento. No dia 29, com a vitória das forças legalistas, o presidente Carlos de Campos retornou ao palácio dos Campos Elíseos. A vida da cidade buscava o retorno à normalidade, e esse se tornou o maior conflito bélico urbano da história do Brasil e da América Latina no século 20.

Esse movimento reformista, liderado principalmente por oficiais de baixa patente militar, pretendia republicanicizar o Brasil, isto é, promover uma série de reformas estruturais no país, como: aumento da federalização, diminuição de impostos, justiça gratuita, reforma radical no sistema de nomeação e recrutamento dos magistrados, a implantação do voto secreto entre outras pautas. O episódio sangrento deixa quase 2.000 prédios destruídos na capital paulista, contabilizando 503 mortos, 4.864 feridos (dois terços eram civis) e o êxodo de cerca de 300 mil moradores da capital que se abrigaram em outros bairros da cidade e cidades do interior. Alguns historiadores, porém, estimam o número de mortos entre 1500 e 2000.

MACEDO SOARES E OS ESCOTEIROS

Dois dias após o início dos conflitos, na condição de Presidente da Associação Comercial de São Paulo – ACSP, o Dr. José Carlos de Macedo Soares lançou um boletim de protesto contra a revolta, na qual conclamava as classes conservadoras a apoiarem o governo do Estado e a confiarem na ação do presidente Carlos de Campos. A distribuição dos milhares de exemplares desse manifesto também contou com a participação dos escoteiros, por pedido do

próprio Macedo Soares ao Tenente Coronel Pedro Dias de Campos, que se manteve fiel aos legalistas e era também o Diretor Técnico da Associação Brasileira de Escoteiros.

Esta foi única iniciativa oficial da Diretoria da ABE durante os dias de conflito. Também durante os dias tumultuados, o Dr. Macedo Soares se dedicou a sua função de presidente da ACSP para preservar a cidade, auxiliar e socorrer a população paulistana que estava abandonada pelo governo central e estadual e para isso, se aproximou das autoridades municipais e, em comum acordo com o Prefeito Firmino Pinto, resolveram entrar em contato com os militares rebeldes que ocupavam São Paulo e também com os governantes e em várias tentativas de negociação, não conseguiram êxito.

O Dr. Macedo de Souza se afasta das funções de Presidente da Diretoria da ABE e assume interinamente o Dr. Adelardo Soares Caiuby, e em notícia publicada no jornal O Estado de São Paulo em 15 de julho, o Conselheiro Dr. Mario Sergio Cardim, um dos principais articuladores e fundador da ABE, fez conhecer aos leitores do periódico a seguinte informação:

O CONCURSO DOS ESCOTEIROS

Recebemos do Sr. Mario Cardim a seguinte carta:

“Tendo sido dada a publicidade de uma notícia pela qual se poderia inferir, pela ausência de um detalhe necessário, que havia convidado os escoteiros filiados à A.B.E. a prestarem seus serviços nas actuaes emergencias, devo esclarecer que, pelo motivo acima

mencionado, verificou-se um mal entendido, alias, de facilima explicação.

Referindo-me a um offerecimento da directoria da “Commissão de Escoteiros Baden Powell”, não filiada á A.B.E., transmitti, verbalmente ao redactor do jornal que publicou essa noticia, um pedido da mesma para que os rapazes a ella filiados se apresentassem aos mencionados directores, afim de combinarem o que julgassem conveniente.

Creio necessaria esta explicação para que não se supponha que, pela circumstancia de ser membro do Conselho Superior da A.B.E. pretendi dirigir-me aos seus escoteiros, passando por sobre a autoridade do seu presidente.

Julgo tanto mais necessaria esta explicação, quanto é certo que, hontem á noite fui informado pelo presidente da A.B.E. que não concorda em que os escoteiros subordinados ás instituições sujeitas a sua autoridade tomem parte em qualquer iniciativa emquanto possa, para elles, haver qualquer risco pessoal, proveniente do bombardeio da cidade.

Na mesma página que foi publicada a nota do Dr. Cardim, em 15 de julho, a Comissão Regional de Escoteiros Baden Powell (denominação oficial de um núcleo escoteiro pela ABE) também comunica aos leitores:

COMMISSÃO “BADEN POWELL”

Reuniu-se hontem esta associação, na sua sede improvisada, a rua Manoel Dutra

(Grupo Escolar Maria José) afim de estudar os meios de continuar prestando ao povo os serviços compatíveis com o seu programma.

Entre outras resoluções ficou determinado que a Commissão Baden Powell encarregar-se-á do transporte de mantimentos, bem como ao de mulheres, crianças e velhos foragidos, além de outros soccorros varios.

Para o posto do Largo 13 de Maio, 2, serão destinados dois escoteiros, sob a direcção do dr. Arthur Motta, para o serviço de mensageiros.

Para que os ditos escoteiros possam dispôr de meios rapidos de communição pede esta Associação, por nosso intermedio, aos que possuam bicycletas, o emprestimo de algumas, que poderão ser confiadas ao dr. Arthur Motta e ao director da Commissão Baden Powell.

Varias pessoas têm procurado o dr. Arthur Motta offerecendo espontaneamente seus prestimos na parte referente aos soccorros publicos. Entre estas contam-se as seguintes: dr. Primitivo Rodrigues Sette, dr. Leonardo Jones Junior, dr. José de Barros Saraiva, Benedicto Novaes Garcez (estudante de engenharia chimica), Lima Vieira Filho (commerciante), Ubayara Ferreira Carneiro (negociante) e João Cortez da Gama (viajante).

Ao sr. dr. Firmiano Pinto foi, pelo dr. Arthur Motta, feita a communição destes oferecimentos, com a nota de suas residencias.

Apesar da aparente desfiliação e desalojamento da se-

de da Comissão Regional de Escoteiros “Baden Powell” por descumprimento das orientações da ABE durante o conflito, o único jornal autorizado a circular e com restrições pelos revoltosos, “O Estado de São Paulo” publica em 22 de julho outra nota da C.R. Baden Powell:

OS ESCOTEIROS

Communicados do presidente interino da comissão regional de escoteiros “Baden Powell”, professor Virgilio Quaglio, que transferiu a sede provisória desta sociedade do grupo escolar “Maria José” para a Faculdade de Pedagogia, a avenida Brigadeiro Luiz Antonio, 249, para onde deverão ser dirigidos todos os pedidos.

Os escoteiros Francisco Coracio, Miguel Briomonte, Pachoal Sguellas, Lucas B. Nogueira e Geraldo Pereira, angariaram, na avenida Paulista Paulista, os seguintes donativos: João Estevão, 50\$; anonymos, 10\$, 10\$, \$, \$, 3\$; M.A. 3\$000; João de Terreral 5\$; Regina Nova 3\$; Arminda Vasconcellos 6\$; Bernardo Kucis, 5\$; anonymos, 20\$, 7\$; J. Kink, 10\$; F.S.P. 5\$; anonymo, 2\$; Conde Matarazzo, 50\$; família Buchaem, 40\$; F.Vasco, 2\$; Fernanda 2\$100; anonymo, 5\$; Joaquim Colozzo, 6\$000; Evaristo de P. Junior, 20\$; anonymo, 1\$000.

Em 23 de julho, saiu a última notícia sobre os escoteiros neste jornal, que seria fechado pelo governo federal após a retomada da cidade pelas forças legalistas, acusando

seu proprietário Júlio de Mesquita de apoiar os revoltos.

OS ESCOTEIROS

Durante a semana finda, os escoteiros da comissão regional “Baden Powell” prestou serviços de toda a sorte, os quaes podem assim ser discriminados:

Informações, reuniões, compra e entrega de encomendas chamadas, etc, 80; soccorreram e beneficiaram 18 familias; auxiliaram 6 abrigos; angariam diversos gêneros e a quantidade de 352\$460.

Os escoteiros Antonio Baptista, Octavio Correia Pinto, Antonio Lopaiane e Italo Sgnelia angariaram, nas avenidas Brigadeiro Luiz Antonio e Condessa de S. Joaquim os seguintes donativos: Jorge Silveira, 2\$000; Francisco Fiorio, 1\$600; [...]

A participação dos escoteiros paulistas na revolução de 1924 continua no Boletim 57.

IMAGENS DA REVOLTA PAULISTA DE 1924



1 – Aspecto de uma trincheira urbana



2 – Blindados Renault FT nas ruas de São Paulo



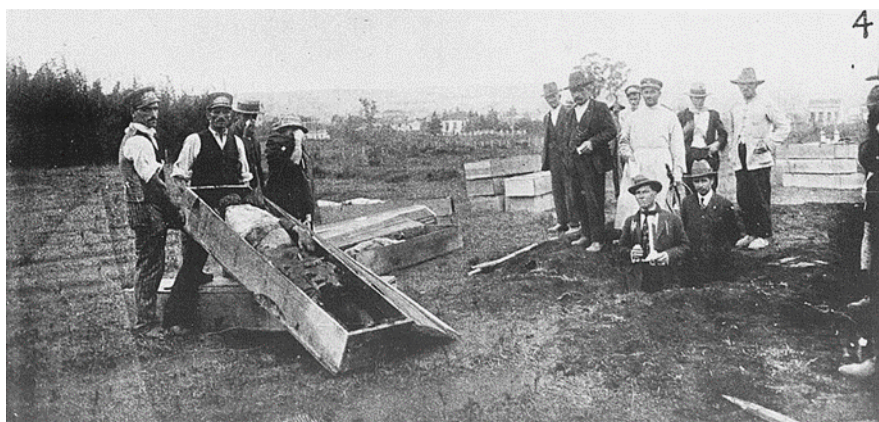
3 – Externato Mattoso – Rua dos Trilhos - Mooca



4 – Soldados revoltosos em trincheira na Rua da Liberdade



5 – Caixa d'água atingida por tiro de canhão



6 – Exumação de cadáveres



7 – Momento de uma explosão em bairro operário de São Paulo



8 – Emblema da Associação Brasileira de Escoteiros em 1924

Associação Commercial de S. Paulo

As classes conservadoras de S. Paulo, que só dentro da ordem podem manter-se e prosperar, vêem, com summa inquietação, os acontecimentos que desde ante-hontem se vão desenrolando nesta cidade.

Ha 48 horas a população de S. Paulo assiste estupefacta, ao bombardeio de uma cidade aberta e inerme, levado a effeito pelas armas que para sua defesa a nação confiara a tão inesperados aggressores.

Ha 48 horas, a população de S. Paulo interroga, debalde, em nome de que principios ou ideaes está sendo metralhada com tamanho prejuizo para o sossego de seus lares, com tamanho desrespeito ás instituições politicas do paiz, com tamanho menosprezo pelo periclitante credito nacional.

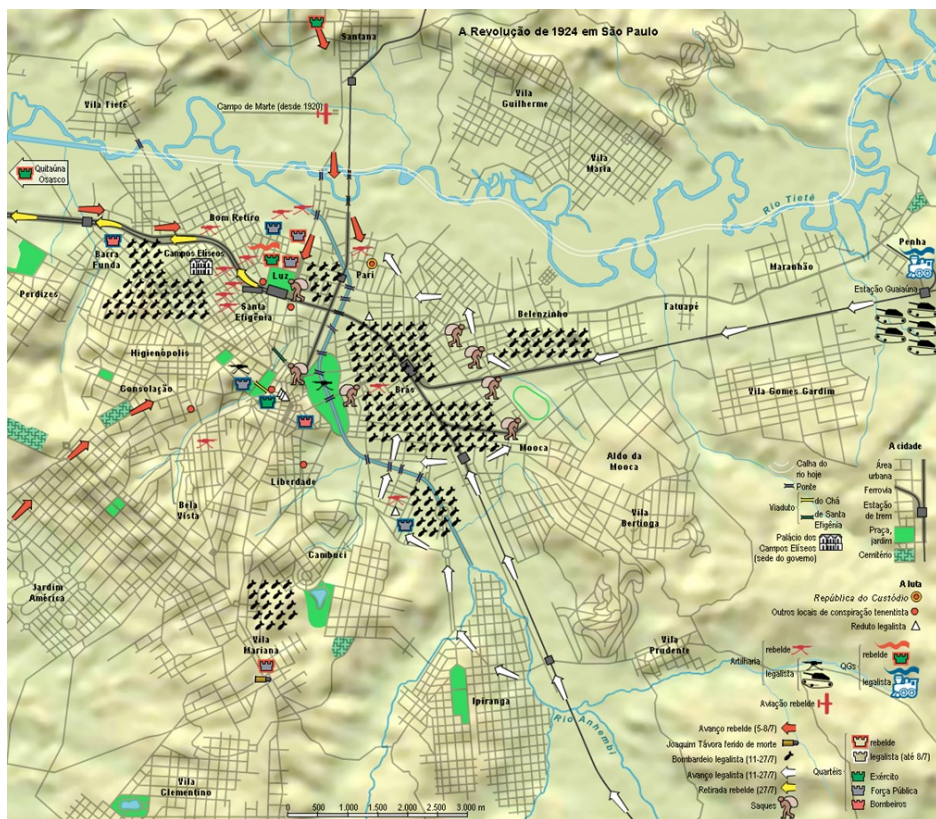
Ha 48 horas, a população de S. Paulo vê convergirem por sobre o palácio dos Campos Elyseos as granadas e obuzes que, attentando contra a residencia da familia do presidente do Estado, parecem visar a deposição de um governo, apenas no seu inicio, que não deu ainda a menor prova de falta de exacção, e que, pelo contrario, se tem revelado um governo profundamente democratico, e inteiramente dedicado aos interesses e prosperidade do Estado de S. Paulo.

A Associação Commercial de S. Paulo, diante de tão injusta quão imbecilla aggressão, aconselha ás classes conservadoras que acompanhem com a maxima sympathia e apoio a heroica resistencia que vem desenvolvendo o governo do Estado, e se mantenham confiantes na acção resoluta do presidente Carlos de Campos.

S. Paulo, 7 de Julho de 1924. — José Carlos de Macedo Soares, presidente da Associação Commercial de S. Paulo

9— Protesto distribuído pelos escoteiros nas ruas da capital

MAPA DOS CONFLITOS NA CAPITAL



9 – Locais dos conflitos na capital durante a Revolta Paulista de 1924

Fonte: <https://atlas.fgv.br/marcos/tenentismo/mapas/revolucao-de-1924-em-sao-paulo>

Os Boletins já publicados encontram-se na página:

<https://pr.escoteiros.org.br/downloads> - Na aba “Nossa História” - Boletins Históricos

Se você se interessa pela história do escotismo e tem algo a colaborar com o esforço de recuperação da memória do escotismo paranaense, ou conhece alguém que se interessa, escreva para o e-mail

historia@escoteirospr.org.br.

Pesquisa e Produção: João Alberto Bordignon e Ernani Costa Straube

Revisão: Fernando Gerlach

Revisão da diagramação: Lucia Antkiewicz

Escoteiros do Brasil - Região do Paraná

Rua Ermelino de Leão, 492 - São Francisco
CEP 80410-230 - Curitiba - PR